



20 de outubro de 2015 – São Paulo – SP - enja.com.br/



Licenciamento ambiental, comunicação de organizações e jornalismo: estudo sobre Plano de Comunicação Social na exploração de petróleo e gás na Amazônia¹

Ana Luísa Funchal Oliveira²

Resumo: O artigo é uma síntese do Projeto de Pesquisa sobre a relação entre o jornalismo ambiental e a comunicação das organizações no âmbito do processo de licenciamento ambiental de obras de grande impacto, com foco na extração e transporte de petróleo e gás na Amazônia. Assim, o conteúdo traz um levantamento inicial a cerca da importância do jornalismo ambiental e suas características na definição da pauta e das fontes, além da importância dos Planos/ Programas de Comunicação Social como condicionante em empreendimentos de infraestrutura e como parte fundamental na busca pela participação civil nos processos decisórios e da mitigação de impactos socioambientais.

Palavras-Chave: Jornalismo ambiental. Comunicação ambiental. Licenciamento. Plano de Comunicação Social. Obras de infraestrutura.

1. Introdução

Toda atividade humana gera impacto ambiental e social, alguns em maior grau de complexidade, outros, em menor. O fato é que qualquer obra de desenvolvimento pode trazer efeitos positivos e negativos. Esses efeitos se agravam na Sociedade de Risco, termo criado em 1986 pelo alemão Ulrich Beck, quando da publicação de seu livro “Risk Society”, para designar uma ruptura na sociedade moderna. Segundo Guivant (2001),

O argumento central (...) é que a sociedade industrial, caracterizada pela produção e distribuição de bens, foi deslocada pela sociedade de risco, na qual a distribuição dos riscos não

¹ Síntese do Projeto de pesquisa do Programa de Pós Graduação em Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina aprovado em junho de 2015.

² Mestranda pelo Programa de Pós Graduação em Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina, funchal.analuisa@gmail.com



20 de outubro de 2015 – São Paulo – SP - enja.com.br/



corresponde às diferenças sociais, econômicas e geográficas da típica primeira modernidade. O desenvolvimento da ciência e da técnica não poderiam mais dar conta da predição e controle dos riscos que contribuiu decisivamente para criar e que geram consequências de alta gravidade para a saúde humana e para o meio ambiente, desconhecidas a longo prazo e que, quando descobertas, tendem a ser irreversíveis. Entre esses riscos, Beck inclui os riscos ecológicos, químicos, nucleares e genéticos, produzidos industrialmente, externalizados economicamente, individualizados juridicamente, legitimados cientificamente e minimizados politicamente. (GUIVANT, 2001, p.96)

Estes riscos têm sido aceitos mesmo em sociedades ditas democráticas e não respeitam classe social ou território, e por isso, podem afetar a todos.

Desta forma, pode-se aplicar os conceitos desenvolvidos por Beck (1999) às questões de licenciamento ambiental, sendo estas utilizadas como instrumento para a gestão de risco. A implementação de empreendimentos potencialmente poluidores e de grande impacto ambiental dependem de um licenciamento prévio, estabelecido pela Política Nacional de Meio Ambiente (PNMA), Lei nº 6.983 de 1981, no seu artigo 10. O processo de licenciamento ambiental compreende três licenças: Licença Prévia (LP) – que aprova o projeto da obra -, Licença de Instalação (LI) – autoriza o início das atividades da obra – e a Licença de Operação – que autoriza a operação, ao final. As licenças só devem ser obtidas se seguirem normas, critérios e recomendações baseadas no Estudo de Impacto Ambiental ou Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA).

Por sua vez, o EIA/RIMA é fundamental para o planejamento e discussão de metas, aplicadas antes, durante e depois da obra como medidas que minimizem seus impactos, o que inclui a participação da sociedade.

O licenciamento prevê a participação da sociedade não apenas nas APs [Audiências Públicas], mas, também, durante a realização dos estudos de impacto ambiental, subsidiando a elaboração do próprio EIA/RIMA, apontando prioridades e auxiliando na identificação dos possíveis impactos sobre o ambiente (FERNANDES, et al., 2014, p.8)

Por isso, o licenciamento deve atender não apenas as demandas ambientais, mas também as econômicas e sociais com critérios escolhidos pelos próprios atores envolvidos. Assim, a comunicação no contexto do licenciamento tem como objetivo principal democratizá-lo para garantir a participação, da sociedade e das comunidades, nos processos de decisão para a obtenção das licenças ambientais (FERNANDES, et al., 2014, p. 11).



20 de outubro de 2015 – São Paulo – SP - enpja.com.br/

A não inserção da população diretamente afetada, assim como a falta de fiscalização neste sentido, se mostrou evidente, por exemplo, em uma obra bastante controversa, a da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, e foi retratada no “Dossiê Belo Monte: Não há condições para a Licença de Operação” do Instituto Socioambiental (2015).

Essa situação evidencia como o licenciamento ambiental e o monitoramento de impactos estão isolados em relação às próprias populações afetadas. O processo é monopolizado pelo empreendedor, diretamente interessado em minimizar os custos da implementação do projeto – não se deve esquecer que se trata de uma atividade com ânimo de lucro e orientada pelos interesses econômicos dos acionistas. (INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL, 2015, p. 49)

Um dos empreendimentos no setor energético, que mais ganha destaque em relação a sua operação e a aplicação de parâmetros sustentáveis, é a exploração e o transporte de gás natural e petróleo. O investimento contínuo na atividade, apresentado como uma grande oportunidade para o Brasil pela estatal Petrobrás, levanta críticas por ser um recurso natural não renovável e por ser considerado como uma das maiores fontes de emissão de carbono.

A operação da indústria petroquímica também representa diversos riscos de contaminação de solo, água e ar, além de todos os impactos sociais advindos do empreendimento. Soma-se a isso, a exploração de recursos naturais no coração da Floresta Amazônica, um bioma fragilizado e que já sofre os impactos de demais atividades de exploração desses recursos.

O vazamento de petróleo em territórios da Amazônia Peruana é um fato amplamente debatido. Mais próximo da realidade do Brasil, o transporte de gás por gasodutos no maior polo produtor petroquímico da Amazônia brasileira também preocupa populações tradicionais e indígenas pelo o crescimento populacional não planejado, a pressão social dessas obras, descaracterização da cultura local, contaminação dos cursos d’água e proliferação de doenças-questões levantadas no próprio Estudo Prévio de Impacto Ambiental para a Construção do Gasoduto Juruá/Urucu, (Instituto PIATAM, 2008).

Ainda que tenha havido avanços na melhoria de alguns indicadores econômicos e sociais de Coari, o fenômeno da acentuada desigualdade de renda continua sendo um dos principais problemas de toda a região, bem como do país. Com a exploração do petróleo e do gás, a economia do município experimentou um crescimento de renda significativo, mas os desafios da inclusão social é algo que se impõe e os investimentos em setores sociais como educação, cultura, saúde e

infraestrutura serão alguns fatores determinantes nesse processo. (COSTA, 2010, p.44)

Diante deste cenário, a busca pelo desenvolvimento exige a participação civil pública, para que se busquem formas mais sustentáveis de exploração, garantindo que a riqueza da geração de energia a partir do petróleo retorne à sociedade em forma de avanços sociais e ambientais.

1.1 Contexto da exploração de petróleo e gás no município de Coari/ AM

O Brasil é o 13º país do mundo em reservas de petróleo e gás natural provadas, sendo a região amazônica detentora de 11% das reservas brasileiras de petróleo e 10% das reservas de gás. A Bacia do Rio Solimões é a mais destacada e a margem do Rio Urucu, no município de Coari, a principal área produtora, cerca de 650 quilômetros de Manaus.

A exploração do recurso natural na região acontece desde 1988 e é regida pela Lei 9.478/1997 que dispõe que a Política Nacional Energética deve proteger o meio ambiente e promover o desenvolvimento com o objetivo de ampliar o mercado de trabalho e a valorização dos recursos energéticos.

No entanto, o cenário que se encontra na região é bastante controverso. Segundo Sakamoto (2004) em “Gasodutos opõe desenvolvimento e preservação”, matéria para a organização Repórter Brasil³,

Coari é um dos municípios mais ricos do Amazonas devido aos royalties pagos por causa da prospecção de transporte de petróleo e gás natural. O problema é que a população da periferia da cidade e os ribeirinhos da zona rural continuam em situação de miséria, com falta de hospitais, escolas, saneamento básico, empregos uma vez que os lucros de Urucu nunca chegaram até eles. (SAKAMOTO, 2004)

O próprio Estudo Prévio de Impacto Ambiental para Construção do Gasoduto Juruá/Urucu (2008) apresenta dados de baixa escolaridade; falta de condições, profissionais e infraestrutura de saúde; comunidades que não possuem fornecimento regular de energia; falta de estruturas de saneamento básico e coleta de esgoto, além da eliminação de resíduos sólidos a céu aberto ou por queima.

³ Disponível em: [HYPERLINK "http://reporterbrasil.org.br/2004/04/gasodutos-opoem-desenvolvimento-e-preservacao/"](http://reporterbrasil.org.br/2004/04/gasodutos-opoem-desenvolvimento-e-preservacao/) \n_top<http://reporterbrasil.org.br/2004/04/gasodutos-opoem-desenvolvimento-e-preservacao/> Acesso em: 20/04/2015.



20 de outubro de 2015 – São Paulo – SP - enja.com.br/



A região também faz parte do levantamento de conflitos ambientais, o Mapa de conflitos envolvendo injustiça ambiental e saúde no Brasil, projeto desenvolvido pela Fiocruz (Fundação Oswaldo Cruz) e pela Fase com o apoio do Ministério da Saúde, com análise de dados coletados a partir de 2006. Também é apontado pelo Atlas de Justiça Ambiental da organização internacional Environmental Justice Organisations, Liabilities and Trade (EJOLT) como um conflito ambiental pela exploração de combustíveis fósseis e mudanças climáticas.

A obra de construção do gasoduto Coari-Manaus também já foi suspensa em outubro de 2006 por questionamentos quanto ao licenciamento ambiental. E matérias⁴ como “Riqueza do petróleo não chega a população de Coari” de Torres e Motta (2011) denunciam graves problemas sociais no município por má gestão e desvio de verbas, mesmo recebendo royalties de petróleo de cerca de R\$ 4,78 milhões por mês.

A situação pela qual o município de Coari é retratado traz uma reflexão sobre a participação pública da população e a percepção destes atores (e o papel da comunicação neste processo) em relação a exploração dos recursos e o impacto de grandes obras na região em que vivem. Sendo assim, o objeto de estudo não se dá pelo questionamento sobre a exploração ou não do petróleo e gás na região, mas, sim, sobre a forma como se dá este processo no âmbito comunicacional.

2. Comunicação no contexto das grandes obras de infraestrutura

A pesquisa a cerca da Comunicação Ambiental ganha mais notoriedade ao inserir no debate o conceito sobre a Sociedade de Risco, desenvolvido pelo teórico social Ulrich Beck. Isso porque a teoria estabelece que o desenvolvimento científico e técnico na contemporaneidade não é capaz de controlar os riscos à saúde humana e ao meio ambiente, que a própria sociedade industrial criou.

Beck é também criticado por sua teoria catastrófica. No entanto, seu viés é extremamente relevante, pois tem em sua base assumir uma postura mais crítica que foge a uma zona de conforto, o que justamente se pretende ao analisar qual a efetividade da comunicação empregada nos Planos de Comunicação durante a execução de obras de grande impacto ambiental. Assim, o conceito de

⁴ Disponível em: [HYPERLINK "http://economia.estadao.com.br/noticias/negocios,riqueza-do-petroleo-nao-chega-a-populacao-de-coari,97218e"](http://economia.estadao.com.br/noticias/negocios,riqueza-do-petroleo-nao-chega-a-populacao-de-coari,97218e) \n_top<http://economia.estadao.com.br/noticias/negocios,riqueza-do-petroleo-nao-chega-a-populacao-de-coari,97218e> Acesso em: 20/04/2015.



20 de outubro de 2015 – São Paulo – SP - enja.com.br/



sociedade de risco permitiria a compreensão da modernização reflexiva e, por isto, também entender o caminho pelo qual as soluções devem ser formuladas (GUIVANT, 2001, p. 97).

Neste ponto percebe-se a necessidade do estudo sobre a comunicação na esfera pública, um conceito que exige aprofundamento, pois é abstrato e de difícil descrição. Assim, ressalta-se a sintetização de Habermas que designa a esfera pública como um fenômeno social, em que a coletividade- em todas as suas formas - é um meio propício a comunicação, posicionamentos e opiniões, podendo gerar opinião pública.

No entanto, a opinião pública não resulta de uma manipulação consequente deste fluxo de comunicação e seria, sim, o resultado dessas informações sintetizadas e filtradas: o debate público.

Desse modo a esfera pública teria duas funções essenciais, ambas reforçando o caráter cognitivista do modelo. A primeira de identificação e detecção dos problemas que afetam a sociedade. E a segunda de tematizar e debater em si os problemas identificados e, caso se constituía de fato, encontrar as possíveis soluções para esses problemas. (LOCATELLI, 2011, p.47)

A esfera pública, entretanto, não possui em si as condições de se impor e decidir diretamente, a não ser pela participação pública. E para que a participação pública se efetive, ela precisa se compor do debate, levantamento de dados e confronto de ideias vindas de um fluxo comunicacional. E é nesse momento que o conceito de Comunicação Ambiental se torna fundamental, pois “os materiais informativos são o ‘insumo para o debate público’” (LOCATELLI, 2011, p.76).

Eu uso o conceito de comunicação ambiental com o significado de um veículo pragmático e constitutivo para o nosso entendimento sobre o meio ambiente e nosso relacionamento com o mundo natural; ele é o meio simbólico em que os problemas ambientais são percebidos e a forma de negociar com a sociedade respostas para estes problemas. (COX, 2013, p.19 - tradução própria)

Cox considera a Comunicação Ambiental pragmática porque ela educa, alerta e mobiliza em direção à resolução de problemas ambientais, e constitutiva porque forma a percepção da natureza para o entendimento socioambiental.



20 de outubro de 2015 – São Paulo – SP - enpja.com.br/

2.1 Plano/Programa de Comunicação Social

O desenvolvimento de uma estratégia de comunicação no âmbito da sustentabilidade e meio ambiente em qualquer setor deve ser pensada de maneira holística e global que vai desde a criação de um plano/programa até a sua execução e posterior avaliação. Cabestré, et al. (2008) ressaltam que

[...] sem o devido acompanhamento e utilizando adequados processos e estratégias de comunicação, as ações desenvolvidas pelas organizações deixam, muitas vezes, de apresentar visibilidade, e a sociedade não tem parâmetros para conhecer e/ou avaliar a efetividade dos projetos sociais. (Cabestré, et al, 2008, p. 40)

Ao se pensar em estratégias de comunicação em obras de grande impacto ambiental, é essencial incluir a participação civil para que as ações obtenham visibilidade em busca da responsabilidade socioambiental e o desenvolvimento social, econômico e cultural. O conceito é definido por Cabestré, et al. (2008, p. 43) como “a responsabilidade socioambiental refere-se ao posicionamento adotado pela organização diante do ambiente em que está inserida, avaliando o impacto que a sua empresa causa à comunidade que a recebeu”. No entanto, para Fernandes et al. (2014), a participação civil no momento do licenciamento ambiental não é expressiva.

Por um lado, planos/ programas de comunicação são de baixa qualidade e isso passa despercebido pelos órgãos públicos responsáveis. E por outro lado, a regulamentação detalhada das APs [Audiências Públicas] induz o empreendedor a centralizar seus esforços de comunicação somente nessa atividade e preocupar-se em controlar os resultados da mesma. (FERNANDES, et al., 2014, p.8)

No contexto da exploração de petróleo e gás na Amazônia, a busca pelo desenvolvimento sustentável no setor energético se mostra uma contradição com o aumento do investimento em exploração de uma atividade não renovável e potencialmente poluidora, o que torna extremamente importante o debate sobre a forma como a comunicação é estabelecida entre o empreendimento e os atores sociais envolvidos.

Só informar pode não ser o suficiente. Existe poluição da informação quando as palavras perdem o significado e a importância, de modo que tanto faz o público saber que derrubaram uma árvore na esquina ou uma floresta inteira. Não é pelo maior ou menor fluxo de informação que o público aprende a pensar criticamente e se torna capaz de atuar em seu mundo para transformá-lo. (BERNA, 2008)



20 de outubro de 2015 – São Paulo – SP - enja.com.br/



Desta forma, o Plano de Comunicação Social, que se constitui de um conjunto de formas de comunicação- entre elas o relacionamento dos setores de comunicação das concessionárias da obra com o jornalismo-, faz parte das condicionantes para a liberação de licenças ambientais e exige uma pesquisa aprofundada quanto a sua efetividade e o seu papel no processo de obtenção de medidas de compensatórias e de mitigação de impactos socioambientais. É primordial entender que à medida que se alarga a democracia, a comunicação torna-se central e decisiva para reduzir conflitos entre os públicos envolvidos e obter visões compartilhadas de presente e futuro (FERNANDES, et al.,2014, p11).

Outro objeto fundamental de estudo é a forma como o jornalismo trata o assunto- localmente e nacionalmente-, quais os critérios de noticiabilidade empregados e qual a relação da pauta midiática e as estratégias de comunicação das organizações.

Esta última chama a atenção por se caracterizar pela mera reprodução de releases ou a repetição do enfoque proposto na pelo Plano de Comunicação Social do concessionário da obra e seu material de divulgação. Para isso é importante entender como se dá o processo de apuração jornalística em temáticas ambientais.

2.2 Jornalismo Ambiental

O fluxo de matérias ambientais tende a oscilar periodicamente na mídia tradicional- jornal, TV e rádio-, tanto no Brasil como no mundo. Para Cox (2013), nos Estados Unidos, esse processo tem início na década de 60.

Nas décadas posteriores, as pautas ambientais seguiram a tendência de perder e ganhar força na mídia de acordo com os acontecimentos. Entre todos os anos, a característica mais marcante entre as matérias foi a dramaticidade dos eventos, isso porque a cobertura jornalística ambiental possui as mesmas demandas e segue os mesmo critérios de noticiabilidade de qualquer outra área no levantamento do que entra ou não em cada edição.

Isto é, matérias sobre o meio ambiente normalmente se dão por acontecimentos específicos ou por releases sobre pesquisas científicas ou governamentais, e como outras temáticas, as matérias ambientais devem competir com notícias sobre guerra, desemprego, terrorismo ou outras *breakingnews*. (Cox, 2013, p. 145- tradução própria)



20 de outubro de 2015 – São Paulo – SP - enja.com.br/



As questões ambientais não são eventos imediatamente observáveis, além de serem complexos e extrapolarem o ciclo de 24 horas das redações tradicionais. Assim, as notícias sobre meio ambiente tendem a compreender acontecimentos específicos e instantâneos- enchentes, secas, desmoronamento de terra etc.- causados por fenômenos maiores- mudanças climáticas, desmatamento, emissões de dióxido de carbono etc.

Desta forma, o desafio do jornalismo ambiental nas mídias tradicionais está na própria natureza da notícia para torna-la cada vez mais relevante jornalisticamente e competitiva com as demais áreas.

Para além deste desafio, é fundamental a análise da forma como os veículos tratam estas problemáticas, levando em consideração as normas jornalísticas, a política editorial e os interesses dos donos dos meios de comunicação. Para Genro Filho (1987)⁵,

Embora o jornalismo expresse e reproduza a visão burguesa do mundo, ele possui características próprias enquanto forma de conhecimento social e ultrapassa, por sua potencialidade histórica concretamente colocada, a mera funcionalidade ao sistema capitalista. (GENRO FILHO, 1987)

No entanto, para analisar a relação entre a comunicação organizacional das concessionárias de obras de grande impacto ambiental e os veículos midiáticos, recorre-se ao conceito de enquadramento noticioso de Pan e Kosicki (1993) elucidado para o contexto ambiental por Cox (2013). O termo denota a maneira como são organizadas as informações por meio de elementos da notícia (títulos, legendas, citações etc) com o objetivo de construir um discurso coerente sobre uma temática.

Porque diferentes enquadramentos nos orientam à diferentes significações, as partes envolvidas em uma questão ambiental controversa podem influenciar o direcionamento de uma notícia. Miller e Richert (2000) explicam que stakeholders concorrentes tentam ganhar o apoio público para seus posicionamentos, geralmente 'não por oferecer novos fatos ou por mudar as avaliações deles, mas por alterar o enquadramento ou as dimensões interpretativas da avaliação dos fatos'. (COX, 2013, p. 153- tradução própria)

Uma das formas com as quais o discurso jornalístico pode direcionar o foco em matérias ambientais é através da sustentação do discurso dominante ao selecionar e legitimizar apenas fontes

⁵ Citação retirada do Capítulo II da edição de 1987, disponível em: [HYPERLINK "http://www.adelmo.com.br/bibt/t196-02.htm" \n _tophttp://www.adelmo.com.br/bibt/t196-02.htm](http://www.adelmo.com.br/bibt/t196-02.htm) Acesso em: 18 de junho de 2015



20 de outubro de 2015 – São Paulo – SP - enpja.com.br/

oficiais. Neste caso, também observa-se a pequena participação social da população afetada pela obra como fonte em notícia sobre obras de infraestrutura, principalmente na mídia tradicional.

O domínio das fontes governamentais, científicas e industriais nas notícias com certeza afetam as percepções do risco pela sociedade. Esse domínio também alavanca uma questão importante sobre a racionalidade cultural nos meios de comunicação. [...] Como resultado, a voz dos afetados muitas vezes não ganha espaço jornalístico para oferecer a racionalidade cultural em notícias sobre riscos ambientais. (Cox, 2013, p. 370- tradução própria)

Em um levantamento de dados sobre a relação da produção de releases e as notícias relacionadas a implantação das obras da Usina Hidrelétrica Foz Chapecó, Locatelli (2011) observou que a maioria das matérias se constituíam cópias parciais e integrais dos releases.

Em termos temporais, pode-se dizer que a cobertura ocorre em ondas cíclicas que, embora considerem acontecimentos importantes, estão mais coladas à curva de oferta dos releases. O tempo da cobertura jornalística é definido pelo ‘tempo da obra’, silenciando sobre assuntos que ‘já passaram’ [...] e sem antecipar debates inevitáveis. (LOCATELLI, 2011, p. 368)

Soma-se aos desafios das notícias sobre a instalação de empreendimento o difícil acesso à região amazônica, tornando o ambiente propício para reportagens com pouca profundidade de apuração e reforçando o discurso dos empreendedores. Outro fator que compõe uma barreira para o aprofundamento jornalístico é a falta de especialização dos jornalistas.

Muito editores e repórteres acham particularmente difícil lidar com a onda ambiental por duas razões: Primeiro, a natureza ‘invisível’ de muitos problemas ambientais, o que dificulta que os jornalistas encaixem as histórias nos formatos convencionais. Segundo, como já afirmado, as questões ambientais podem ser difíceis de serem reportadas porque poucos repórteres tem formação em alguma área da ciência ou conhecimento sobre a complexidade dos problemas ambientais [...] Além disso, poucas empresas midiáticas condições financeiras para contratar um profissional com estas qualificações. (COX, 2013, p.158- tradução própria)

O resultado desta “passividade” dos veículos de comunicação em relação a reprodução do material proposto pelos planos/programas de comunicação de obras acabam por criar um via direta entre o próprio empreendedor e o público, valendo-se ainda da credibilidade que o jornalismo passa.

Interessante observar que o concessionário ao procurar produzir materiais e discursos com o gênero jornalístico e formatos do jornalismo obtém de fato, diante da passividade do jornalismo, uma ‘via direta’ entre a comunicação estratégica, mais vinculada à publicidade e às relações públicas, cujos discursos enquanto gênero tem certo sentido social, para outro gênero ligado à verdade. Tomando a forma do jornalismo, quem produz e quem o reproduz imagina que está se aproximando da verdade e quem o lê o aceita como verdadeiro [...] (LOCATELLI, 2011, p.369)



20 de outubro de 2015 – São Paulo – SP - enja.com.br/

3. Conclusão

No processo de obras de grande impacto com a necessidade de licenciamento ambiental, a comunicação é um importante instrumento da participação social. Pois é direito de todos os cidadãos terem acesso às informações sobre empreendimentos que impactam seus modos de vida e ter o poder para participar das decisões, inclusive contestá-las legalmente, caso interfiram nas suas condições socioambientais. (Fernandes, et al. 2014, p. 8).

O planejamento e as ações de comunicação podem influenciar o fluxo de comunicação e a percepção da natureza pelas pessoas, além de influenciar a forma como o jornalismo aborda e pauta questões ambientais. A informação deve trazer para a esfera pública um debate crítico e não apenas a aceitação da mensagem.

Fernandes, et al. (2014) recorrem a Arnstein (1969) para explicar os níveis de relação entre os tomadores de decisão e a sociedade em geral. O primeiro grupo apresenta um baixo nível de interação por meio de comitês ou conselhos consultivos, e com o emprego de ações persuasivas ou manipulativas. O segundo grupo concede a participação, mas ela é limitada, já que, apesar de ser uma via de mão dupla - em que ouvem e são ouvidos-, o fluxo de informação ainda possui caráter hierárquico. Isso quer dizer que, mesmo que a informação chegue até os envolvidos, não há a segurança de que suas opiniões sejam consideradas nas tomadas de decisão. Por último, revela-se o que se pretende alcançar em um processo participativo, o terceiro grupo assegura ao cidadão o poder de negociar, planejar e decidir em pé de igualdade com os que detêm o poder.

Para fortalecer este processo participação civil por meio da comunicação, o jornalismo deve cumprir dois papéis segundo Traquina (2004): o de vigiar o poder político e fornecer informações necessárias para exercício da responsabilidade cívica.

Assim, é importante ressaltar que mais do que um processo legitimado pela lei, o processo de comunicação em obras de grande impactos ambiental deve ir além da obrigatoriedade como condicionante ambiental e de trabalhar em conjunto com o jornalismo no empenho de alcançar o conceito de desenvolvimento sustentável estabelecido pelo Relatório de Brundtland- o “Nosso Futuro Comum” de 1987.



20 de outubro de 2015 – São Paulo – SP - enja.com.br/

Referências

- ARNSTEIN, Sherry R. A. **Ladder of Citizen Participation**. Journal of the American Institute of Planners, v. 35, n.4, p. 216-224, 1969.
- BECK, Ulrich. **Ecological Political in Age of Risk**. Cambridge: Polity, 1995.
- BERNA, Vilmar S. D. **Desafios para a Comunicação Ambiental**. In: GIRARDI, Ilza M. T. e SCHWAAB, Reges T. (Org.). *Jornalismo Ambiental: Desafios e reflexes*. Porto Alegre: Dom Quixote, 2008. P. 89-104
- BOSCO, Estevão M. G. R. Ulrich Beck: A teoria da sociedade de risco mundial. Dissertação (Mestrado em Sociologia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 2011
- BRASIL. Lei Nº 6.433, de 31 de agosto de 1981. **Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências**. Diário Oficial da União, Brasília, D.F., 02 set. 1981
- BRUNDTLAND, Gro Harlem. **Nosso Futuro Comum**. 2 ed., Rio de Janeiro: FGV, 1991.
- CABASTRÉ, Sonia Aparecida, GRAZIADEI, Tânia Maria e POLESEL FILHO, Pedro. Comunicação estratégica, sustentabilidade e responsabilidade socioambiental: um estudo destacando os aspectos teórico-conceituais e práticos. **Conexão- Comunicação e Cultura (UCS)**, Caxias do Sul, v.7, n.13, jan./jun. 2008
- COX, Robert. **Environmental Communication and the public sphere**. Sage Publications, Thousand Oaks, 2006.
- COSTA, Fábio H. M. da. **Royalties, Educação e Crescimento Econômico de Coari/AM**. IGAPÓ-Revista de Educação, Ciência e Tecnologia do IFAM. Manaus, v. 4, n. 1, p. 43-51, jul. 2010.
- CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. Porto Alegre : Artmed, 2007
- FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. Brasília: Ed.UnB, 2008.
- FERNANDES, Backer R, SMITH, Vivian P. B. e ULSEN, Pedro. **“Comunicação” por um licenciamento ambiental sustentável**. In: XVIII Colóquio Internacional da Escola Latino-Americana de Comunicação e I Fórum Brasileiro das Tendências da Pesquisa em Comunicação, São Paulo, 2014.
- GENRO FILHO, Adelmo. **O segredo da pirâmide - para uma teoria marxista do jornalismo**. Porto Alegre, Tchê, 1987.
- GUIVANT, Julia S. **A teoria da sociedade de risco de Ulrich Beck: entre o diagnóstico e a profecia**. Estudos Sociedade e Agricultura, Rio de Janeiro, 95-112, Abril, 2001.
- Instituto de Inteligência Socioambiental Estratégica da Amazônia - Instituto Piatam. **ESTUDO PRÉVIO DE IMPACTO AMBIENTAL PARA CONSTRUÇÃO DO GASODUTO JURUÁ/URUCU** - Relatório de Impacto Ambienta. Manaus-AM, dezembro de 2008.



20 de outubro de 2015 – São Paulo – SP - enja.com.br/

Instituto Socioambiental- ISA. **Dossiê Belo Monte:** Não há condições para a Licença de Operação. Disponível em: HYPERLINK

"<http://www.socioambiental.org/sites/blog.socioambiental.org/files/dossie-belo-monte-site.pdf>" \n _top<http://www.socioambiental.org/sites/blog.socioambiental.org/files/dossie-belo-monte-site.pdf>

Acesso em: 19/07/2015.

LOCATELLI, Carlos. **Comunicação e barragens:** O poder da comunicação das organizações e da mídia na implantação da Usina Hidrelétrica Foz do Chapecó (Brasil). Tese (Doutorado em Comunicação e Informação), Faculdade de Comunicação e Informação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2011.

MOTTA, Fábio e TORRES, Sérgio. **Riqueza do petróleo não chega à população de Coari.** O Estado de São Paulo. Disponível em: HYPERLINK

"<http://economia.estadao.com.br/noticias/negocios,riqueza-do-petroleo-nao-chega-a-populacao-de-coari,97218e>" \n _top<http://economia.estadao.com.br/noticias/negocios,riqueza-do-petroleo-nao-chega-a-populacao-de-coari,97218e> Acesso em: 20/04/2015.

SAKAMOTO, Leonardo. **Gasodutos opõe desenvolvimento e preservação.** Repórter Brasil.

Disponível em: HYPERLINK "<http://reporterbrasil.org.br/2004/04/gasodutos-opoem-desenvolvimento-e-preservacao/>" \n _top<http://reporterbrasil.org.br/2004/04/gasodutos-opoem-desenvolvimento-e-preservacao/> Acesso em: 20/04/2015.

SERRA, Sonia. **Relendo o gatekeeper:** notas sobre condicionantes do jornalismo. In: COMPÓS, 13, 2004. Disponível em: HYPERLINK "<http://www.ufrgs.br/gtjornalismocompos>" \n _topwww.ufrgs.br/gtjornalismocompos Acesso em: 20/04/2015

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo.** Porque as notícias são como são. Florianópolis, Insular, 2004.

YIN, Robert K. **Estudo de caso:** planejamento e método. Porto Alegre: Bookman, 2001.